



## MULHERES-MÃES TRABALHADORAS DO CUIDADO: INTERSECÇÃO ENTRE RAÇA, GÊNERO E CLASSE

**Eixo 2: Classe social, Relações étnico-raciais, Gênero, Diversidade sexual**

**ANA PAULA CUPERTINO SILVA<sup>1</sup>**  
**ARISTELA VIEIRA SOUSA<sup>2</sup>**

**RESUMO:** O presente artigo objetiva apresentar o perfil das mulheres-mães cuidadoras de adolescentes com deficiência atendidas pelo Serviço Social do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente (NESa), vinculado ao Hospital Universitário Pedro Ernesto e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (HUPE-UERJ). O estudo foi realizado a partir de uma pesquisa exploratória, de caráter quanti-qualitativo, com sete mães cuidadoras de adolescentes com deficiência no NESa, no ano de 2023. A partir da análise do perfil, a maior parte das cuidadoras são mulheres negras, entre 46 e 60 anos, com o ensino fundamental incompleto, renda de um a dois salários-mínimos, revelando que as dimensões étnico-raciais incidem diretamente quando estamos nos referindo a mulheres que cuidam.

**Palavras-chave:** Formação social, mulheres negras, racismo estrutural, trabalho do cuidado.

**ABSTRACT:** This article aims to present the profile of women who are caregivers of adolescents with disabilities and who are cared for by the Social Service of the Center for Adolescent Health Studies (NESa), linked to the Pedro Ernesto University Hospital and the State University of Rio de Janeiro (HUPE-UERJ). The study was carried out based on exploratory research, of a quantitative and qualitative nature, with seven mothers who are caregivers of adolescents with disabilities at NESa, in the year 2023. Based on the profile analysis, most of the caregivers are black women, between 46 and 60 years old, with incomplete elementary education, and an income of one to two minimum wages, revealing that ethnic-racial dimensions have a direct impact when we are referring to women who provide care.

**Keywords:** Social formation, black women, structural racism; care work.

## INTRODUÇÃO

<sup>1</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestra em Política Social, professora substituta do departamento de Serviço Social, UFES e doutoranda em Política Social, UFES. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8495094164877097>. E-mail: [anapaulacupertino31@gmail.com](mailto:anapaulacupertino31@gmail.com).

<sup>2</sup> Graduada em Serviço Social (UFES). Especialista em Serviço Social e Saúde (UERJ). Mestra em Serviço Social (UFRJ). Doutoranda em Serviço Social (PUC-Rio). Currículum Lattes: [https://wwws.cnpq.br/cvlattesweb/PKG\\_MENU.menu?f\\_cod=D1B134D266866CB4B693B55C364577F#](https://wwws.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=D1B134D266866CB4B693B55C364577F#). E-mail: [aristelavieira08@gmail.com](mailto:aristelavieira08@gmail.com).



O presente artigo é fruto da pesquisa intitulada ‘Eles dizem que é amor, nós dissemos que é trabalho não remunerado: o trabalho do cuidado das famílias monoparentais femininas de adolescentes com deficiência atendidos pelo serviço social do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente (NESA)’, vinculado ao Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

A discussão sobre o cuidado vem ganhando centralidade na agenda política e econômica do mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), sobretudo a partir da Lei n.º 15.069 de 23 de dezembro de 2024, que institui a Política Nacional do Cuidado. Essa política tem por objetivos centrais garantir o direito ao cuidado de forma integral e integrada, apreendendo a interdependência do cuidado e a corresponsabilidade entre os membros familiares e o Estado. Assim como o de promover políticas públicas de garantia do acesso ao cuidado, reconhecendo essa relação enquanto trabalho, a fim de fomentar uma mudança cultural, no que diz respeito à organização da vida social e a dimensão que atravessa o ato de cuidar.

No âmbito da produção do conhecimento, esse conceito vem ganhando centralidade a partir da década de 1980, sob forte influência norte-americana e canadense, se expandindo da esfera biomédica e adentrando nas ciências sociais. Dentro dos estudos sociais, o cuidado ora qualificado como trabalho do amor, ora como uma relação maternal, foi apreendido dentro do âmbito das subjetividades, tendo como principal interlocutora dessa abordagem Carol Gilligan na década de 1982 e no âmbito político social por Joan Tronto na década de 1990 (Hirata, 2010).

Por ser um termo polissêmico, pode se conformar em definições que digam respeito às diversas formas de doação de tempo a outrem, se consolidando na esfera material, com a execução de tarefas cotidianas, e na esfera dos afetos, no que diz respeito às subjetividades. Ainda que factível a múltiplas definições, é uma atividade realizada majoritariamente por mulheres, dentro dos lares. Porém, mesmo com a singularidade relacionada ao gênero, essa atividade se expressa de forma diferente quando nos referimos às mulheres negras das periferias do Sul Global, que sempre estiveram no cerne da intensa exploração da força de trabalho pelo capital (Hirata, 2022; 2014).

A partir das categorias de gênero, raça e classe, ancoradas em uma leitura materialista, histórica e dialética da realidade social, esse trabalho tem por objetivo analisar o perfil das mulheres-mãe cuidadoras de adolescentes com deficiência, atendidas pelo serviço social do NESA. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de natureza quanti-qualitativa, realizada em 2023, com sete (07) mães-



cuidadoras de adolescentes com deficiência, atendidos pelo serviço social do NES<sup>3</sup>. O critério da amostragem foram famílias monoparentais femininas de adolescentes com deficiência até dezoito (18) anos completos em 2023.

No que tange aos procedimentos éticos, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Hospital Universitário Pedro Ernesto, vinculado a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (HUPE/UERJ), com sua aprovação em 01 de setembro de 2023, sob o parecer de número 71057823.3.0000.5259. No que diz respeito à organização, o artigo está dividido em três sessões, sem considerar essa breve introdução. A primeira sessão tem por objetivo contextualizar, a partir da formação social capitalista brasileira, o lugar e as condições de reprodução da existência de mulheres negras. Seguida de uma breve discussão sobre o conceito de cuidado, e por fim, a análise do perfil das mulheres mães cuidadoras de adolescentes com deficiência atendidos pelo Serviço Social do NES<sup>A</sup>.

## FORMAÇÃO SOCIAL CAPITALISTA BRASILEIRA E AS CONDIÇÕES DE VIDA DAS MULHERES NEGRAS

A formação social capitalista brasileira apresenta elementos fundantes para a apreensão das condições de reprodução social das mulheres negras. Para isso, é preciso compreender a categoria racial e os desdobramentos disso para as mulheres negras na sociedade brasileira.

Segundo Munanga (2003), a categoria raça no capitalismo não é usada para afirmar sua realidade biológica, mas para explicar o racismo. Corroborando com o autor, Mbembe (2011, p. 9) discorre que “[...] a raça foi sempre uma forma codificada de censura e de organização das multiplicidades, da sua fixação, da sua distribuição ao longo de uma hierarquia e da sua repartição no seio de espaços [...]”.

Essa dinâmica, de acordo com Eurico (2017), serviu para justificar a desigualdade entre os povos, cumprindo uma função primordial na acumulação capitalista: a dominação de um grupo sobre o outro, com o intuito de acelerar o processo de acumulação que, a qualquer preço, seguiu na contramão da lógica de respeito ao outro, como ser humano genérico.

<sup>3</sup> O NES<sup>A</sup> é um espaço de cuidado integral à saúde do adolescente. Criado em 1974 a partir da Faculdade de Ciências Médicas do HUPE/UERJ, atende adolescentes de todo o estado do Rio de Janeiro, nos três níveis de atenção (primária, secundária e terciária) (NES<sup>A</sup>, 2025).



Essa relação no Brasil se deu a partir do século XIX, através da exploração do trabalho de milhares de negros/as trazidos da África que ao serem tratados como coisa e/ou seres alienados da sua essência humana, garantiram a acumulação de riqueza da classe senhorial (Moura, 2019). Portanto, o escravismo brasileiro gestado na formação social do país, foi uma forma violenta e brutal de acumulação de riqueza que ocorria por meio da espoliação, da venda, da exploração do trabalho, da fome e do sistema de vigilância permanente em mocambos e senzalas (Menegat; Duarte; Ferreira, 2020).

Nesse contexto, as mulheres negras escravizadas eram atingidas por múltiplas formas de violência, pois, além do trabalho explorado, também eram forçadas a relações sexuais mediadas pelo estupro para satisfação dos prazeres senhoriais. O que reverberou também na impossibilidade de constituir famílias no modelo nuclear-patriarcal (Nascimento, 2016). E dentro dessa estrutura violenta, as mulheres negras escravizadas, também desempenhavam o trabalho doméstico e do cuidado para os senhores e senhoras e seus filhos. Sendo esse trabalho, um traço do escravismo brasileiro (Passos, 2018).

Embora tenha ocorrido diversas formas de resistência dos negros/as escravizados/as em oposição ao escravismo, essas lutas e resistências ocorreram como reação a violência gestada por esse modo de acumulação privada da riqueza, coletivamente produzida pelos negros/as escravizados/as.

Dessa forma, o escravismo foi um modo de produção econômico baseado na violência como mecanismo de coerção para o trabalho explorado e não remunerado dos negros/as escravizados/as. Assim, o trabalho não remunerado, ou de baixa remuneração de negros/as é um elemento basilar da formação social capitalista brasileira, que aparece na atualidade como algo comum, mas em sua essência, esconde as relações econômicas e sociais anteriores.

O racismo opera nesse processo estruturando as relações sociais como elemento funcional à economia capitalista, através das diversas engrenagens da produção e reprodução da vida social de forma estrutural e institucional (Elpidio, 2020). Ele se conforma como um peneiramento e mecanismo de barragem social reproduzido pela sociedade capitalista, que coloca a população negra em condições econômicas e sociais precárias (Moura, 2021). Esse mecanismo funciona como o veículo de perpetuação do racismo estrutural, que conforme Almeida (2019), é um processo histórico e político que cria condições sociais para que direta ou indiretamente o grupo racialmente identificado, seja sistematicamente discriminado.



Essa estrutura racialmente violenta construída no escravismo, reverbera na atualidade as condições econômicas e sociais desfavoráveis para as mulheres negras. A abolição no país quebra algumas algemas, máscaras, mocambos e senzalas, mas não garante uma estrutura social que possibilite as condições de reprodução social da vida para as mulheres negras.

Inúmeras pesquisas, tais como as produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revelam que as mulheres negras são as que mais aparecem em desvantagens socioeconômicas e de representação em espaços de poder e decisão. No campo do trabalho, as mulheres negras exercem os trabalhos domésticos e recebem os mais baixos salários, expressando também o reflexo de uma inserção tardia nos espaços escolares (IBGE, 2022). Em relação ao acesso à justiça, a desigualdade se mantém, pois as penas mais duras são aplicadas às populações negras, mesmo quando cometem os mesmos crimes praticados por pessoas brancas (Conselho Federal de Serviço Social, 2016).

Outro dado que aponta o desdobramento dessa estrutura violenta e desigual no campo da política de saúde brasileira é apresentado pelo levantamento da Organização Não Governamental *Criola*, que demonstra a mortalidade de grávidas e puérperas negras. No ano de 2022, superaram em 78% os óbitos das mulheres brancas em todo o país, destacando as regiões Norte e Nordeste, com 87% e 71% dos óbitos, respectivamente. Na avaliação da entidade, essa é mais uma demonstração do racismo no Brasil (Portal Geledés, 2022).

As formas de violência e negação das condições de reprodução social da vida para as mulheres negras é parte de uma estrutura social montada na formação social brasileira. Essa estrutura coloca na atualidade barreiras econômicas e sociais para as mulheres negras gestarem, verem nascer, crescer e maternar com acesso digno ao serviço de saúde, educação, moradia, conforto e renda. E sobretudo, suporte público durante essa trajetória que requer um árduo trabalho não remunerado. Assim, na próxima sessão serão desenvolvidos os elementos teóricos para pensar o cuidado como trabalho.

## TRABALHO DO CUIDADO, TRABALHO REMUNERADO E REPRODUÇÃO SOCIAL



Como elencamos anteriormente, o cuidado ou *care* é um termo que confluem múltiplos significados, se conformando em um campo de disputas na arena política e social. Por uma definição mais ampla, podemos apreender esse conceito como

Cuidado, solicitude, atenção ao outro, todas essas palavras ou expressões são traduções aproximadas do termo inglês care. [...] Cuidar do outro, preocupar-se, estar atento às suas necessidades, todos esses diferentes significados, relacionados tanto à atitude quanto à ação, estão presentes na definição do care. Este, ademais, pode ser considerado simultaneamente enquanto prática e enquanto atitude, ou disposição moral (Hirata; Guimarães, 2010, p. 1).

Por sua plasticidade, o cuidado é um conceito difícil de ser definido e para além disso, é um conceito extenso, ou seja, pode ser interpretado em relação a coisas e pessoas. Cuidar de um animal doméstico, ou até mesmo de uma planta, sob determinado ponto de vista, pode ser considerado cuidado. Também são englobadas profissões diretamente vinculadas à esfera do cuidar, como enfermeiros, manicures, empregadas domésticas remuneradas, entre outros, assim como o cuidado doméstico realizado pela família, estendendo-se aos seus dependentes de forma prolongada, sobretudo, se considerarmos famílias com idosos, pessoas com deficiência ou cronicamente adoecidos (Hirata, 2022).

Para além dessas características que o conceito evoca, ele é apreendido socialmente como um trabalho centralizado na figura da mulher-mãe cuidadora, ou seja, ainda que a responsabilidade seja coletiva, ele é visto como algo privado, doméstico e feminino. Essa apreensão da característica feminina imbuída ao cuidado, levou a um tensionamento e questionamento por parte do movimento feminista na década de 1960, e pela Segunda Geração do Modelo Social da Deficiência, invocando a necessidade de discutir a dimensão do trabalho não remunerado realizado nos lares por mulheres e a dimensão do trabalho do cuidado não remunerado (Hirata, 2022; Diniz, 2007).

Para Aguirre (2009), o trabalho do cuidado e o trabalho doméstico são subprodutos do que ela considera por trabalho não remunerado. Corroborando com a autora, Gama (2014) analisa que o trabalho doméstico possui ampla definição, podendo ser remunerado – como o caso das trabalhadoras domésticas – ou não remunerado, aqueles que acontecem como forma de manutenção da vida familiar.

O trabalho doméstico não remunerado, concentra-se em atividades relacionadas ao cuidado de pessoas ou coisas no ambiente familiar, e é realizado pelas famílias, sobretudo, por mulheres.



Possui valor de uso, sobretudo se o analisarmos sob a ótica da reprodução de seres humanos, participando ativamente do circuito de valorização do capital, produzindo e reproduzindo a força de trabalho.

Lavar, passar, cozinhar, limpar, maternar e possibilitar que o ambiente seja e esteja apto para convivência familiar, são aspectos inerentes ao trabalho doméstico não remunerado. De um modo geral, certamente podemos classificar como um elemento que possibilita a reprodução da força de trabalho, agregando valor. Porém, o que o diferencia do trabalho do cuidado? (Gama, 2020).

Para a autora, o trabalho do cuidado é uma dimensão do trabalho doméstico, mas não se resume a ele. O cuidado como trabalho é uma atividade que está relacionada ao cuidado de pessoas, podendo ser uma relação de longo prazo, estendendo para toda uma vida. Se rigorosamente definirmos o conceito de *care*, este seria um tipo de relação em que o objeto de cuidar é o outro. Atos de serviços primários como picar um alimento é incorporado como *care*, quando tem por finalidade, por exemplo, alimentar o sujeito beneficiário deste cuidado.

Gama (2014, p. 166), endossa a definição proposta por Hirata (2022), quando analisa que o trabalho do cuidado também é

[...] gerar, parir, amamentar, preparar alimento específicos, manter o ambiente limpo e a saúde, fortalecer e desenvolver o corpo, o intelecto, a socialização, o brincar, a educação formal para o trabalho (ou para a emancipação), os afetos. Logo, esse trabalho produz valor ponderado no interior da lógica de produção de valor.

Ainda que qualificar o trabalho do cuidado como trabalho, visibilizando-o e colocando no âmbito da lógica de produção de valor, ou seja, na reprodução da força de trabalho, não o retira de seu lugar de subalternidade, de pouco reconhecimento “[...] e que as mulheres normalmente não têm a opção de escolher fazê-lo ou não (Kergoat, 2016, p. 18).

Portanto, ainda que seja um compromisso a ser realizado por toda a sociedade, sobretudo no âmbito das políticas públicas e sociais, o cuidado tem sido escamoteado para o espaço doméstico, como um trabalho subalterno, que não gera valor imediato produtivo e condicionado ao gênero feminino

Essa subalternização inerente ao trabalho do cuidado, realizado por mulheres, faz parte de uma relação de subordinação estrutural entre trabalho produtivo – aferido aos espaços públicos e



masculinos – ao trabalho reprodutivo – como o trabalho do cuidado, realizado por mulheres – e flexiona-se de acordo com o tempo histórico, na medida em que as necessidades de valorização do capital são acionadas.

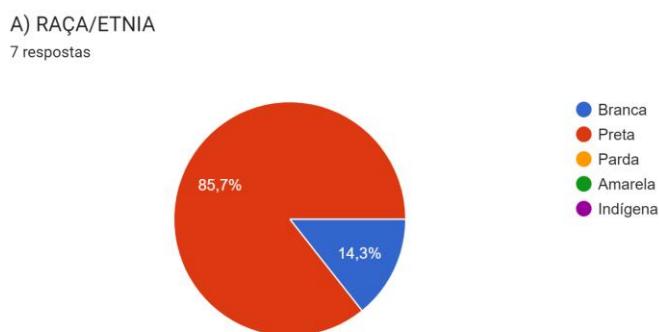
Portanto, para entender o lugar do *care* dentro das relações sociais, é necessário apreendê-lo em sua essência contraditória, como trabalho reprodutivo para o capital e trabalho como forma de existência simbólica e material. Partiremos dessa apreensão ao analisarmos os dados do perfil das mulheres-mães, que cuidam de seus filhos com deficiência.

## O PERFIL DE MÃES CUIDADORAS DE ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA ATENDIDAS PELO SERVIÇO SOCIAL DO NESA

Como exposto anteriormente, o cuidado é uma atividade que produz e reproduz as relações sociais, visto que, todas as pessoas, em algum momento de suas vidas foram alvo ou despendem desse cuidado para outrem. Porém, ainda que socialmente considerada uma atribuição feminina, essa atividade reproduz relações diferenciadas para mulheres negras e brancas.

A partir dos dados coletados, foi possível identificar e sistematizar o perfil das mulheres-mães cuidadoras de adolescentes com deficiência, atendidas pelo Serviço Social do NESA. A exposição dos dados inicia com o perfil racial desse público, conforme aponta o gráfico 1.

**Gráfico 1.** Perfil raça/cor das mulheres-mães cuidadoras de adolescentes com deficiência do NESA



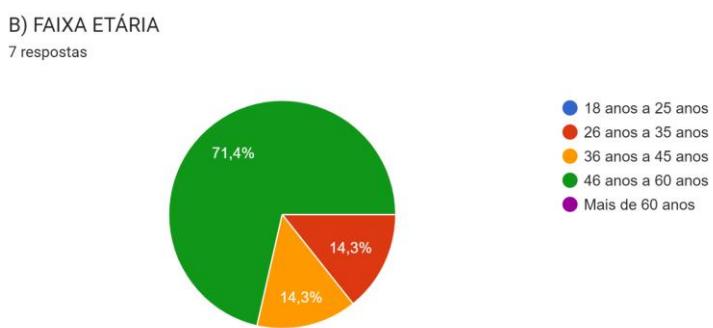
**Fonte:** NESSA, elaboração do autor (2024).



É possível identificar que 85,7% das mulheres-mães cuidadoras se autodeclararam pretas e 14,3% se autodeclararam brancas. O percentual de autodeclaração se mostra em consonância com a predominância de mulheres pretas e pardas no percentual de famílias monoparentais no Brasil, de acordo com o último levantamento da Pnad-Contínua (IBGE, 2022), ou seja, das principais expoente na linha de frente da realização do cuidado.

A constatação de que a maioria das cuidadoras são negras, não aponta, um fenômeno recente. Apenas evidencia, a marca de uma subalternidade historicamente colocada para as mulheres negras desde a formação social capitalista (Passos, 2018). Sendo um meio de perpetuação do racismo nas relações sociais, reverberando em todas as dimensões da vida social das mulheres negras. Após a identificação do dado racial, buscou-se identificar a faixa etária dessas mulheres, conforme gráfico 2.

**Gráfico 2.** Perfil etário das mulheres-mães cuidadoras de adolescentes com deficiência do NESA



**Fonte:** NESSA, elaboração do autor (2024).

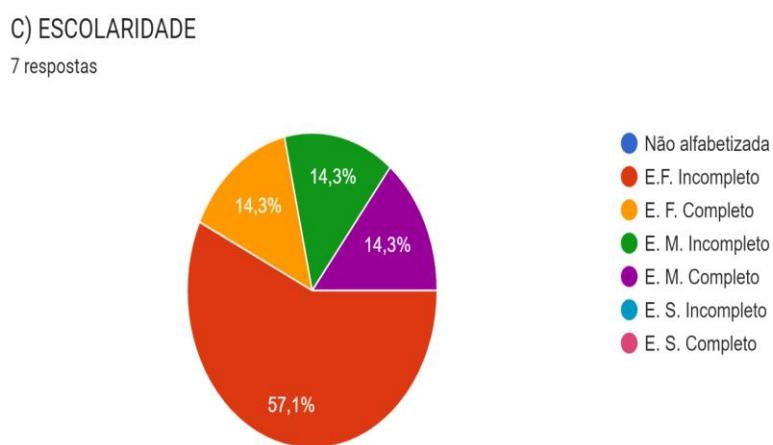
Quanto à faixa etária, identificamos que 71,4% possuem, entre 46 a 60 anos, e 14,3% possuem, entre 36 e 45 anos e 14,3% das mães cuidadoras possuem, entre 26 e 35 anos. Importante salientar que a amostra não demonstrou cuidadoras jovens, ou seja, pessoas até os 25 anos de idade, nem pessoas acima de 60 anos. Somente uma das entrevistadas declarou ter 60 anos, o que a classifica, segundo a Lei nº 10.741 de 2003 – Estatuto da Pessoa Idosa – como idosa.

Portanto, é possível constatar que a maioria das cuidadoras são mulheres com idade entre 40 e 60 anos. Esse dado nos leva a refletir sobre os atravessamentos da realização desse cuidado, visto que as necessidades de saúde de um adolescente com deficiência envolvem idas semanais à diversas



terapias, fazendo, por muitas vezes, a utilização de mais de um modal de transporte público, este, muitas vezes sem nenhuma ou pouca acessibilidade.

**Gráfico 3.** Perfil de escolaridade das mulheres-mães cuidadoras de adolescentes com deficiência do NESÁ



**Fonte:** NESSA, elaboração do autor (2024).

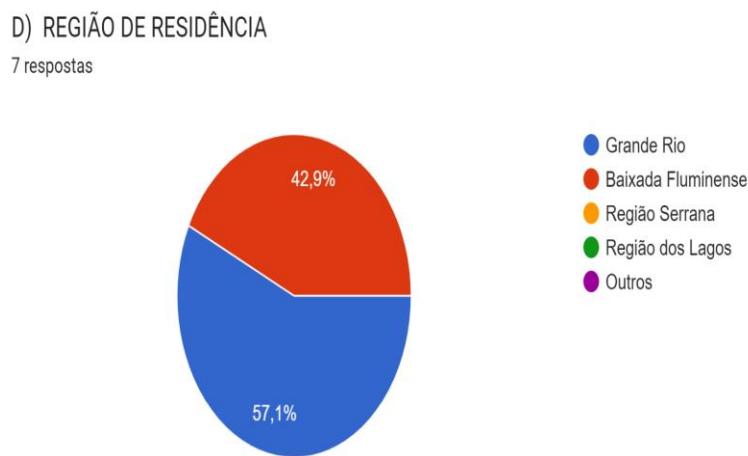
Quanto à escolaridade, constatou-se que 57,1% das mães cuidadoras não possuem o Ensino Fundamental Completo, ou seja, não concluíram algum dos dois ciclos dessa fase. Sendo a primeira fase do primeiro ao quinto ano e a segunda do sexto ao nono ano. Seguida de 14,3% das que possuem o Ensino Fundamental Completo, 14,3% que possuem o Ensino Médio Incompleto e 14,3% que possuem o Ensino Médio Completo.

Os dados demonstram que essas mulheres vêm enfrentando diversas barreiras para concluir a escolarização formal. Essas barreiras se devem ao fato de serem as mulheres e especialmente as mulheres negras que ingressam nas instituições de ensino fora do tempo convencional, se valendo, em alguns casos, da educação para jovens adultos para concluir o ensino fundamental e médio. Importante salientar que a escolaridade incide diretamente no acesso dessas mulheres ao mercado de trabalho, condicionando-as, muitas vezes, ao trabalho informal (Sousa, 2024).

O gráfico 4 demonstra a localização territorial dessas mulheres, que aparece também como um elemento de barreira ao acesso às condições de reprodução da vida.



**Gráfico 4.** Perfil sócio territorial das mulheres-mães cuidadoras de adolescentes com deficiência do NESPA



**Fonte:** NESSA, elaboração do autor (2024).

Em relação ao perfil sócio territorial, houve uma bipolaridade nas respostas, se dividindo em 57,1% das residências localizadas na Grande Rio, ou seja, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que comporta 21 municípios, seguida da Região da Baixada Fluminense, somando 42,9%, composta por 13 municípios. Segundo os dados da pesquisa apresentada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2021, os municípios localizados na baixada fluminense apresentam os maiores índices de pobreza do estado do Rio de Janeiro, sobretudo os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Magé e Guapimirim, onde 30,48% dos moradores dessas localidades se encontram na faixa de pobreza (Neri, 2022).

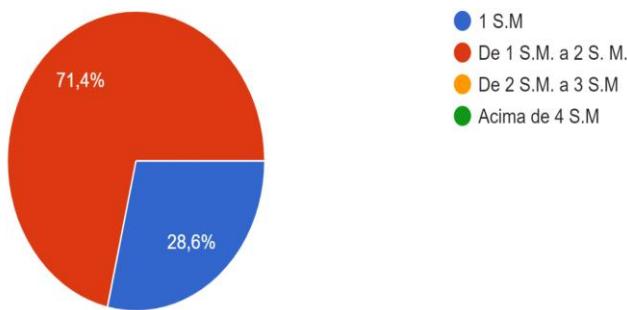
Os dados indicam que 42,9% das mães cuidadoras de adolescentes com deficiência residem no território carioca considerado como uma área de concentração de pobreza. Esse dado evidencia a segregação racial e o racismo ambiental no estado do Rio de Janeiro. E, portanto, o impacto disso na condição de moradia, no gestar, reprodução do cuidado e na circulação dessas famílias no território.

**Gráfico 5.** Perfil de renda das mulheres-mães cuidadoras de adolescentes com deficiência do NESPA



E) Qual sua renda mensal?

7 respostas



**Fonte:** NESSA, elaboração do autor (2024).

No que diz respeito à renda, o gráfico 5 demonstra que 71,4% dessas mulheres declararam receber entre 1 e 2 salários-mínimos, que configura entre R\$1.320,00 a R\$ 1.640 reais e 28,6% declararam receber apenas um salário-mínimo – R\$1.320,00, conforme a cotação de 2023, ano de realização da pesquisa. No que tange a renda, foi considerada a composição da soma de benefícios socioassistenciais, do salário provindo do trabalho – tanto formal quanto informal – e de pagamento de pensão, caso houvesse.

Também foi possível identificar que 43% das mães cuidadoras declararam ter sua renda exclusivamente provinda do Benefício de Prestação Continuada (BPC), 28,6% declararam ter sua renda provinda do BPC juntamente ao trabalho informal – como doméstica e faxineira e 28,6% declararam ter a renda proveniente de auxílio-doença, por lesões adquiridas no trabalho de serviços gerais. Nenhuma das entrevistadas declarou receber acima de 2 salários-mínimos.

Esses dados evidenciam uma questão central: a não remuneração das mulheres-mães cuidadoras de adolescentes com deficiência, pois 43% das mães cuidadoras declararam ter sua renda, exclusivamente provinda do BPC. Ou seja, a única fonte de renda disponibilizada pelo estado é para os adolescentes com deficiência, e não para suas cuidadoras.

É preciso considerar ainda o alto custo com a saúde, educação, moradia, alimentação e lazer do adolescente com deficiência, que extrapola o valor do benefício, e evoca com urgência a necessidade de sua ampliação. E nessa relação a mulher-mãe cuidadora ora fica sem renda, ora trabalha de forma precária e com baixa remuneração.



Esse panorama, coloca a urgência do fortalecimento das lutas pela ampliação dos direitos sociais, sobretudo quando pensamos os adolescentes com deficiência e suas cuidadoras. Na sequência, o gráfico 6 mostra a composição familiar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do brevíssimo resgate da formação social capitalista brasileira, foi possível identificar o lugar ocupado por mulheres negras nessa sociabilidade, sobretudo no que diz respeito ao acesso, direitos e condições de produção e reprodução da existência social. O cuidado, enquanto um elemento que perpassa a sociedade em sua integralidade, é condicionado ao gênero feminino em sua execução, porém, essa análise não pode ser ancorada sem a intersecção racial e de classe, visto que essas mulheres que ocupam a linha de frente do cuidado têm raça e pertencimento à classe trabalhadora.

Embora o cuidado esteja sendo tratado como trabalho, Hooks (2021) argumenta que o cuidado é uma dimensão do amor, como ação na vida do outro, mas que também deve ser reverberado na vida de quem o executa. Portanto, o cuidado como dimensão do amor não deve ser uma prática realizada, dentro de uma relação hierarquizada, entre executores e recebedores. Mas, como uma prática coletiva e transformadora da vida.

Entretanto, em uma sociedade estruturada pelo racismo e machismo, o cuidado vem sendo colocado para as mulheres negras, como algo executado unicamente por amor, mascarando a subalternidade, a negação de direitos sociais, e a possibilidade de receber o cuidado.

No tocante aos dados, essas ponderações se tornam evidentes, visto que 85,7%, o maior quantitativo de mães cuidadoras, são mulheres negras, entre 46 e 60 anos, com o ensino fundamental incompleto, renda de um a dois salários-mínimos e residentes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Esse resultado, nos desafia quanto a necessidade de reconhecimento dos direitos sociais das mães cuidadoras. Tanto no sentido dessas mães poderem ser remuneradas pelo trabalho do cuidado, e reconhecidas enquanto trabalhadoras. Como também, poderem receber suporte de uma cuidadora, custeada pelo poder público, no caso das mães com filhos com deficiência. Além disso, visamos com esse resultado encorajar pesquisas sobre a condição das mães cuidadoras, e das mulheres negras trabalhadoras do cuidado, no âmbito das políticas sociais.



Por esses elementos, visamos contribuir para ampliação dos direitos sociais das mulheres negras trabalhadoras, seja como mães cuidadoras ou profissionais do cuidado. E sobretudo, para construção de uma sociedade cuidadora, antirracista, antimachista, e, portanto, anticapitalista.

## REFERÊNCIAS

- Aguirre, R. Uso de tempo y desigualdades de gênero em el Trabajo no remunerado. In: Aguirre, R. et al (Orgs.). **Las bases invisibles del bienestar social: el Trabajo no remunerado en Uruguay**. Montevideo: Udelar; UNIFEM; INMUJERES, 2009.
- Conselho Federal de Serviço Social. Série: **Assistente Social no Combate ao Preconceito Racismo**, caderno 3, Brasília, 2016.
- Diniz, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- Elpidio, M. H. Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional. **Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 519-527, 2020.
- Eurico, C. M. Da escravidão ao trabalho livre: contribuições para o trabalho do assistente social. **Ser Social**, Brasília, v. 19, n. 41, p. 414-427, 2017.
- Hirata, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 01, 2014.
- Gama, A. S. Gênero e trabalho do cuidado: aportes teóricos. In: MARTINS, A. C.; VIDAL, D. L. C. (Orgs.). **O SUS e suas crianças – (re) pensando demandas e questões para o Serviço Social**. São Paulo: Editora Hucitec, 2020.
- Gama, A. S. O conflito entre trabalho e vida familiar no capitalismo: aportes teóricos. In: Duarte, M. J. O. et al (Orgs.). **Política de saúde hoje: interfaces e desafios no trabalho de assistentes sociais**. São Paulo: Editora Papel Social, 2014.
- Hirata, H. **O cuidado**: teorias e práticas. São Paulo: Boitempo, 2022.
- Hirata, H. Teorias e práticas do care: Estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos de debate. In: FARIA, Nalu.; MORENO, Renata. (Orgs.). **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. São Paulo: Coleção Cadernos Sempreviva - Série Economia e Feminismo 2, 2010. Acesso em: 17 de maio de 2025.
- Hirata, H; Guimarães, N. A. Introdução. In: HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. (Orgs.). **Cuidado e cuidadoras**: as várias faces do trabalho do care. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2012.
- Hooks, bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2021.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: PNAD Contínua — Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas de Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 4. 2022.
- MBEMBE, J. A. **A universalidade de Frantz Fanon**. Cidade do Cabo (África do Sul), 2011.



MENEGAT; M. E; DUARTE, O. J. M; FERREIRA, F. V.. Os novos manicômios a céu aberto: cidade, racismo e loucura. **Em pauta**, Rio de Janeiro, n. 45, v. 18, p. 100-115, 2020.

Moura, C. **Sociologia do negro brasileiro**. 2<sup>a</sup> edição. São Paulo: Perspectiva, 2019.

\_\_\_\_\_. **O negro**: de bom escravo a mau cidadão? 2<sup>a</sup> edição. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **Seminário Nacional de Relações Raciais em Educação**, 2003.

Nascimento, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 4<sup>a</sup> edição, Rio de Janeiro: Perspectiva, 2016.

NERI, M. C. **Mapa da nova pobreza**. Rio de Janeiro: FGV Social, 2022. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/80762296-e1b2-46da-8927-2b59438b3acc/contente>. Acesso em: 26 de mar. de 2024.

NESA. **Sobre o NESA**. 2025. Acesso em: 17 de maio de 2025. Disponível em: <https://www.nesa.uerj.br/sobre-o-nesa>. Acesso em: 26 de mar. de 2024.

GELEDÉS. **Da gravidez à morte**: Como as mulheres negras enfrentam violações. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/da-gravidez-a-morte-como-as-mulheres-negras-enfrentam-violacoes/>>. Acesso em: 10 de fev. de 2022.

PASSOS, R. G. **Trabalho, gênero e saúde mental**: contribuições para a profissionalização do cuidado. São Paulo: Cortez, 2018.

SOUSA, A. V. **Eles dizem que é amor, nós dizemos que é trabalho não remunerado**: o trabalho do cuidado das famílias monoparentais femininas de adolescentes com deficiência atendidas pelo serviço social do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente (NESA). 2023. Trabalho de Conclusão de Residência (Especialização em Serviço Social e Saúde na Modalidade Residência). – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social, 2023. 174f.